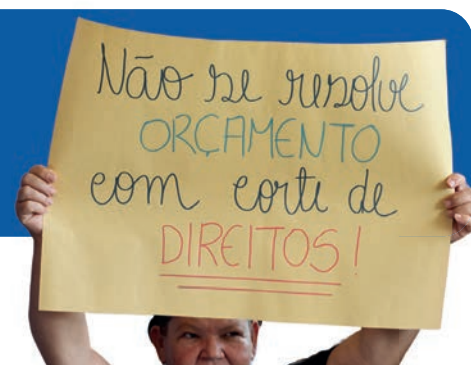


# VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - março de 2025 | Ano 4 | Edição 40 | [www.aedasmg.org](http://www.aedasmg.org) | distribuição gratuita |  **Aedas**

## MULHERES EM DEFESA DO PTR



### PELA RENDA FAMILIAR, PELOS PROJETOS E PELA RECONSTRUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS

#### VOZES DA GENTE

Mulheres atingidas compartilham suas demandas para a reparação

pág. 03

#### HISTÓRIAS ATINGIDAS

A moda e a sustentabilidade de Cristina da Silva em Igarapé

pág. 04

#### QUEM É QUEM?

Os atores envolvidos no processo judicial e suas principais atribuições

págs. 08 e 09

#### 14 DE MARÇO

Audiência na ALMG e reunião com juiz marcam dia de luta contra barragens

págs. 10 e 11



## EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, Mateus Leme/PCTRAMA) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



**Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social**

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual

Cauê Melo

Heiza Maria Dias

Luis Henrique Shikasho

**Aedas Paraopeba**

Gerência Geral

Diva Braga

Ranúzia Neta

Nina de Castro Jorge

Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação

Elaine Bezerra

Gestão Operacional

Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,

Valmir Macêdo, Diego Cota,

Júlia Rohden, Douglas Keesen,

Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,

Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra

Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

**Contatos Aedas Paraopeba:**

**Telefone** - (31) 9 9840-1487

**Região 1** - Brumadinho

atingidosparaopeba1@aedasmg.org

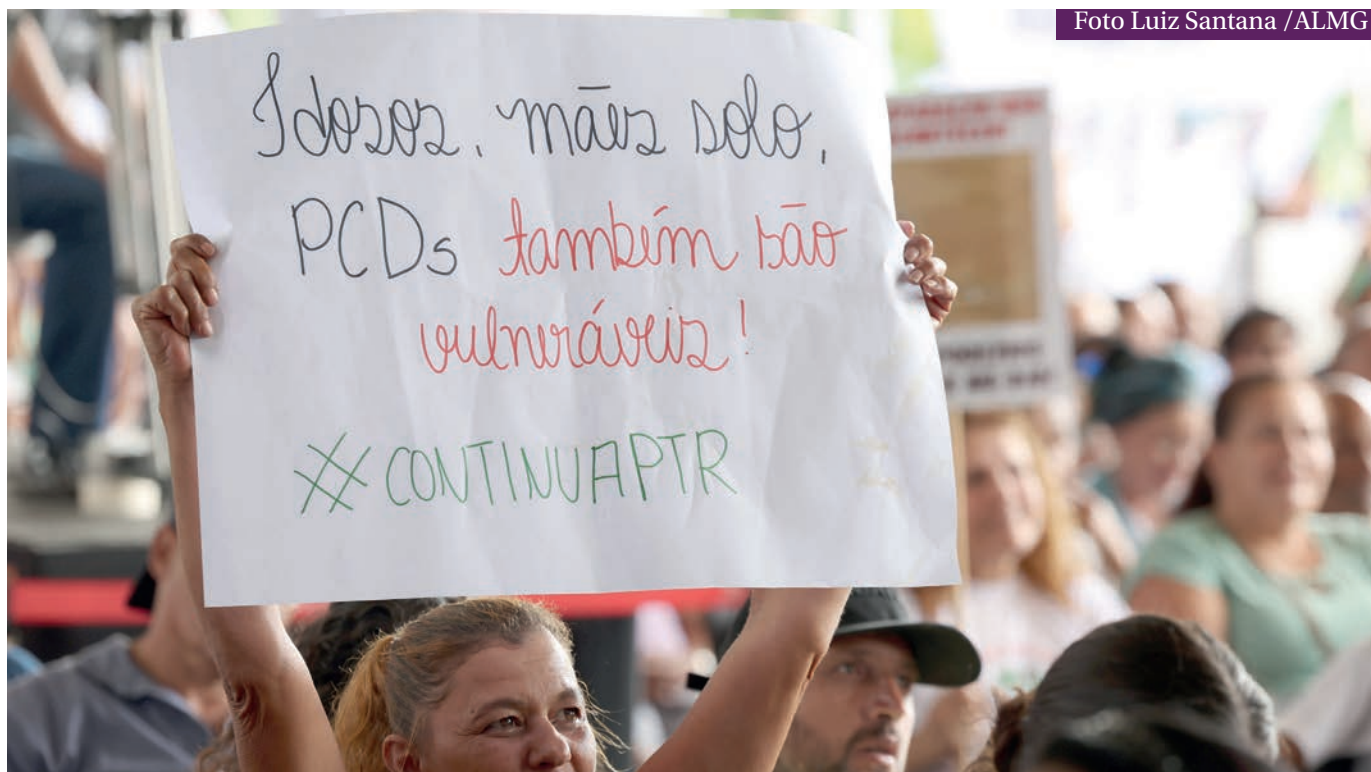
**Região 2** - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme /PCTRAMA

atingidosparaopeba2@aedasmg.org

## SÃO AS LUTAS DE MARÇO FECHANDO O VERÃO

## SER MULHER, ATINGIDA, PROTAGONISTA E INDEPENDENTE

Foto Luiz Santana /ALMG



Atingida durante manifestação do 14 de Março na ALMG

Omês de março é um mês de visibilidade da luta histórica das Mulheres. No contexto das mulheres atingidas, é fundamental destacar o protagonismo delas na luta pela reparação na bacia do Paraopeba. Mais uma vez elas foram à luta, no 8 de março, Dia Internacional da Mulher. No 14 de março, elas são maioria, reivindicando a garantia dos direitos das populações atingidas por barragens.

“Elas são maioria, reivindicando a garantia dos direitos

Em atos, marchas, audiência pública, reunião com juiz, denunciam violações de direitos. O corte do Programa de Transferência de Renda (PTR), direito previsto na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), tem gerado preocupações, em especial às mulheres que se dedicam aos trabalhos de cuidados de casa, de sua comunidade, por ser esse programa fonte vital de apoio financeiro para sustento da casa para muitas famílias atingidas. Exigem o direito à Assessorias Técnicas Independente, essencial para que as comunidades possam entender e negociar com os vários atores de reparação de forma minimamente justa. Sem essa assistência, as pessoas atingidas se sentem desamparadas e incapazes de defender seus direitos de maneira

eficaz. A ausência de suporte técnico pode levar a decisões desfavoráveis e à perpetuação de desigualdades.

As mulheres não apenas enfrentam os desafios impostos pelo desastre-crime, mas também se tornam líderes em suas comunidades, promovendo a solidariedade e a resistência. O reconhecimento de seu papel é fundamental para a construção de um processo de reparação que seja verdadeiramente inclusivo e eficaz.

Que as vozes das Sônias, das Natálias, Valérias, Josianes, Cristinas, e tantas outras, suas pautas e reivindicações, ecoem e sejam ouvidas. Enquanto lideranças ativas em suas famílias e territórios, as mulheres da Bacia do Paraopeba têm propostas, tocam e inspiram projetos, denunciam violações e cobram pela efetivação de direitos.

# VOZES DA GENTE

As vozes das mulheres atingidas são plurais e, juntas, ecoam a luta pela reparação integral. Confira seus depoimentos sobre as principais manifestações e demandas que esperam do processo de reparação.

## MULHERES NA LINHA DE FRENTE

“Nós, mulheres, esperamos que a reparação ajude a mitigar os problemas causados pela mineração predatória. Geralmente, somos nós que estamos à frente de tudo, preocupadas com os filhos, a família e o dia a dia. Os problemas que já existiam nas cidades mineradoras se agravaram, como a violência contra a mulher, o aumento dos transtornos de saúde mental, a poluição e o surgimento de doenças.



**ROSEMEIRE SOUTO,**  
Aranha, Brumadinho

## A FORÇA E A UNIÃO DAS MULHERES

“Nós mulheres seguimos sendo massacradas por um sistema colonial e que nos cala e nos silencia a todo momento. O tempo cronológico do Acordo não é o tempo cronológico humano. O tempo de reparação não se casou com o fim do PTR, e nós precisamos sobreviver. Eu só tenho que dizer uma coisa: nada para a força da mulher na luta, nada para as mulheres. Mulheres unidas!



**VALÉRIA CARNEIRO,**  
Assentamento Pastorinhas, Brumadinho

## RECONSTRUÇÃO PARA VIDA DIGNA

“A reparação precisa garantir saúde, trabalho, água limpa e terra boa para plantar novamente, assegurando condições dignas de vida, como antes. O Anexo I.1 nos traz esperança, porque tem projetos que podem ajudar a mudar essa realidade e dar apoio pra gente conquistar nossa vida de volta.



**ELIANE BARBOSA,**  
Bervely, Igarapé

## POR RESPEITO E RECONHECIMENTO

“Com os rompimentos das barragens, o que busco enquanto mulher é respeito, que nossos direitos sejam reconhecidos e que sejamos mais valorizadas nas lutas, em nossas casas. É isso que almejo: uma segurança de vida melhor daqui pra frente e que as Instituições de Justiça nos reconheçam como a maioria atingida da Bacia.



**JOSIANE RIBEIRO,**  
Fhemig, São Joaquim de Bicas



**Participe do Vozes da Gente!**  
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

[aedasmg.org/vozesdagente](https://aedasmg.org/vozesdagente)



[aedasmg.org](https://aedasmg.org) | [@aedasmg](https://twitter.com/aedasmg)





# histórias atingidas

## Cristina e a Moda Sustentável: Uma Gota no Mar que Faz a Diferença

Texto e fotografias: Felipe Cunha



CRISTINA MARIA DA SILVA, 53 ANOS

▪ IGARAPÉ

O Meio Ambiente e Nós, Somos Todos Um Esse não é apenas o nome do evento idealizado por Cristina da Silva, mas também um lema que reflete sua visão sobre o mundo. Para ela, a relação entre o ser humano e a natureza é indivisível. "À medida que você tem consciência de que tudo o que faz para o meio ambiente impacta a si mesmo, você muda sua postura", explica.

Nascida em Contagem, Cristina encontrou na moda sua paixão nos anos 90, quando começou a desenhar figurinos. Seu sonho inicial a levou a aprofundar-se no mundo da modelagem e da costura, cursando corte e costura e, depois, faculdade de moda. "Isso ampliou meus horizontes",

conta. Depois de morar em São Joaquim de Bicas, hoje reside em Igarapé, onde continua seu trabalho com moda e sustentabilidade.

Seu caminho profissional começou de fato em 2013, após sua graduação. No início, criava modelos e buscava seu espaço no mercado. Durante anos, dedicou-se à moda festa, vestindo noivas e criando peças casuais. Mas, em 2024, sua trajetória tomou um novo rumo: a moda sustentável.

"Diante de tantos desastres climáticos, consequência das ações humanas, percebi que precisava contribuir de alguma forma", afirma. Um dos eventos que mais a impactaram foi o rompimento de barragens, um desastre-crime

que evidenciou para ela a irresponsabilidade ambiental do ser humano.

Cristina promoveu dois desfiles de moda sustentável. Materiais descartáveis se transformam em arte: papel higiênico, papel crepom, jornais, copos plásticos, coadores de café, sacos de lixo, tampinhas de garrafa e lacres ganham nova vida nas passarelas. "O desfile é educativo. Mostramos que esses materiais não precisam ser lixo; podem se tornar bolsas, acessórios, artesanato. Basta saber reutilizar."

Para Cristina, a moda sustentável é um ato de resistência e conscientização. "Muitos podem achar que é apenas uma gota no mar, mas cada gota faz diferença", enfatiza.

### A LUTA PELA REPARAÇÃO



"A maioria na luta pela reparação são mulheres", diz. Cristina questiona os danos na saúde e espera que a reparação priorize as mais vulneráveis.

O Anexo I.1 traz essa expectativa, e ela deseja contribuir com cursos de moda para profissionalização. "Ser mulher atingida é lutar sempre", afirma. Ela incentiva a união e a participação, reforçando que a mudança depende das mulheres. "Quem nos atingiu quer nos dispersar, e isso não pode acontecer."



# LIDERANÇAS DE 95 COMUNIDADES PARTICIPAM DA CONFERÊNCIA DE DANOS COLETIVOS NAS REGIÕES 1 E 2

Foto: Lucas Jerônimo / Aedas

**LISTA PRÉVIA.** Meio ambiente, moradia, saúde, renda e subsistência foram destaques entre temas

Lucas Jerônimo

Atingidas e atingidos dos municípios das regiões 1 e 2 participaram das rodadas de Reuniões Intercomunitárias que tiveram como objetivo o diálogo sobre a reparação e a conferência dos danos levantados no diagnóstico participativo feito pela Aedas junto às comunidades.

Os encontros aconteceram em fevereiro. Betim, Juatuba e Igarapé no dia 02, Mário Campos e São Joaquim de Bicas no dia 08 e em Brumadinho nos dias 15 e 22 de fevereiro.

As Reuniões Intercomunitárias (RIs) foram uma importante etapa para a consolidação dos dados que podem fundamentar as ações de reparação no que diz respeito ao Anexo I.1, os Projetos de Demandas das Comunidades, dados que refletem a condição das pessoas e dos territórios pós-rompimento.

A lista prévia de danos coletivos foi apresentada pela Assessoria Técnica Independente (ATI) às pessoas atingidas durante visitas técnicas realizadas em 2024 e analisadas nas RIs por agrupamentos locais que puderam avaliar



Quilombolas participam de RI em Brumadinho

as informações e sugerir ajustes de acordo com a realidade de cada lugar.

## COMUNIDADES E AGRUPAMENTOS

Cerca de 200 lideranças participaram do processo. Ao todo, os grupos de lideranças participantes desta etapa de conferência de danos foram divididos em 13 agrupamentos em Brumadinho e outros 13 agrupamentos nos municípios da região 2.

Nas RIs realizadas na região 1, participaram atingidas e atingidos representantes de 41 comunidades de Brumadinho. Já nos encontros para conferência de danos nos municípios da região 2, houve participação de pessoas atingidas de 54 comunidades.

Agora, após as reuniões, os danos conferidos pelas pessoas atingidas estão sendo analisados e sistematizados pela Aedas

contemplando as sugestões apresentadas pelas pessoas atingidas em cada um dos espaços de diálogo.

## TEMAS DA REPARAÇÃO

Os principais temas que fizeram parte dos diálogos nas RIs foram água, alimentação, atividade econômica, infraestrutura, serviços públicos, lazer, liberdade, luto e memória do desastre-crime, meio ambiente, moradia, saúde, renda e subsistência, segurança, turismo e transporte, entre outros.

## CADERNOS DE DANOS

Os cadernos de danos que serviram de base para a conferência foram organizados em quatro partes: 1) Abrangência territorial: em quais comunidades foram relatados os danos; 2) Banco de Dados: quais são as fontes de diagnóstico e como eles foram organizados, 3) Agravamento: como os danos atingem de forma diferenciada as pessoas e 4) Lista prévia de danos coletivos base para o anexo I.1: organizados por comunidade e por direitos violados.



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Lideranças de juatuba durante rodada de RI



# SEM AS MULHERES, NÃO HÁ REPARAÇÃO INTEGRAL JUSTA



Fotos: Felipe Cunha e Júlia Rohden/Aedas

Mulheres em luta nos Espaços Participativos.

## DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES. Renda e compensação para os danos são prioridades na luta por direitos das mulheres atingidas

Isis de Oliveira e Valmir Macêdo

As mulheres são maioria nas comunidades e, em muitos casos, são responsáveis pelo sustento e pela organização familiar. Além de enfrentarem desafios estruturais, como a desigualdade de gênero e acesso limitado a recursos, elas ocupam, de forma crescente, a liderança em suas casas e comunidades, muitas vezes como principais provedoras e tomadoras de decisão.

De acordo com os dados mais recentes do Censo 2022 do IBGE, houve um aumento significativo

no número de mulheres responsáveis por domicílios em Minas Gerais. Em 2010, 35,6% das residências no estado tinham mulheres como responsáveis. Esse percentual subiu para 45,9% em 2022, representando um aumento de 10,3 pontos percentuais.

São as mulheres a maioria nos municípios atingidos das Regiões 1 e 2, representando mais de 50% da população em todos os seis municípios assessorados pela Aedas: Brumadinho, Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme (pelos Povos e

Comunidades Tradicionais) e São Joaquim de Bicas. Esse cenário se reflete nos espaços participativos da Aedas, em que a presença das mulheres também é maioria.

**Natália Freitas**, atingida de Mário Campos, ressalta a importância da luta das mulheres atingidas: “Desde sempre,

as mulheres sofrem os impactos socioeconômicos e ambientais da atividade minerária. As mulheres exigem medidas que reconheçam e combatam essas desigualdades como acesso a políticas públicas de proteção social, incentivo à

autonomia financeira, participação ativa nas decisões sobre a proteção do território e responsabilização das empresas mineradoras são reivindicações centrais. Além, garantia de moradia digna, saúde, segurança e um ambiente sustentável para as futuras gerações”, afirmou.

No mês que marca o Dia Internacional de Luta das Mulheres (8 de março), trazemos um apanhado das principais pautas das mulheres no cenário de reparação na Bacia do Paraopeba, seis anos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

### DIREITO AO PTR E A LUTA DAS MULHERES ATINGIDAS

Em ofício enviado as Instituições de Justiça, no dia 18 de fevereiro, as Comissões de Atingidas e Atingidos das cinco Regiões da Bacia do Rio Paraopeba, movimentos sociais e outros grupos auto-organizados, solicitaram a não redução do valor das parcelas do PTR (Programa de Transferência de Renda), a continuidade do programa ou a implementação de um novo auxílio emergencial.

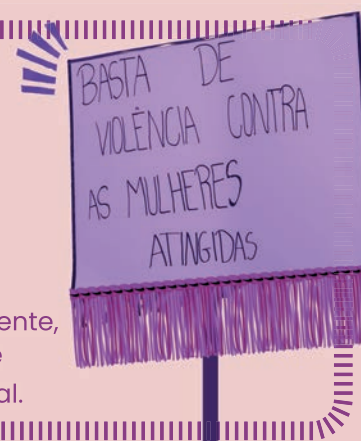
“O PTR se trata de uma medida mitigatória, que existe justamente para que as pessoas atingidas consigam sobreviver até que, de fato, sejam integralmente reparadas”, afirmaram as Comissões de pessoas atingidas no ofício.

Em carta entregue em reunião com o juiz Murilo de Abreu, em janeiro deste ano, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), afirmou que o fim do PTR trará “depressão da renda e insegurança alimentar de dezenas de milhares de famílias, além do severo impacto na economia dos municípios, podendo de forma indireta gerar desemprego e mais redução da renda comunitária”.

Em edições anteriores, apresentamos dados que revelam a presença de mulheres no trabalho

### DIREITO DAS MULHERES NO PTR:

- Em 2023 a FGV anunciou que crianças que estavam em gestação na época do rompimento foram incluídas no PTR. A decisão foi tomada pelas IJs após pedido da Aedas;
- Os depósitos são feitos, preferencialmente, na conta das mães para protegê-las de violência doméstica e violações em geral.



informal (40% em Brumadinho e 47% nos municípios da Região 2), em atividades não remuneradas (57% das mulheres nas regiões 1 e 2), incluindo dados de gênero e raça (70% das mulheres que estão fora do mercado de trabalho são negras). Os números reforçam a importância de uma política de transferência de renda nos territórios atingidos.

### MULHERES E OS PROJETOS DAS COMUNIDADES

Nas ações e estratégias de acesso às mulheres atingidas aos recursos do Anexo I.1, os Projetos de Demandas das Comunidades e Crédito e Microcrédito, é importante considerar também os marcadores sociais de raça, geração, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência, características que potencializam as vulnerabilidades.

### O papel central das mulheres na luta.



### GARANTIA DAS INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS

A reparação individual tem que ser construída com participação, de maneira coletiva e acessível à população atingida. Também

é importante o reconhecimento e visibilidade por parte das Instituições de Justiça aos danos e às formas de agravamento vivenciadas pelas mulheres. Assim sendo, é importante que as Instituições de Justiça trabalhem em prol de uma reparação diferenciada e proporcional para as mulheres.

### POLÍTICA E PROTOCOLO DE SAÚDE

A falta de um tratamento específico para as demandas de saúde física e mental causadas pelo rompimento tem levado a uma sobrecarga nos sistemas de saúde, que, até o momento, não conseguem atender adequadamente a população atingida.

Esse cenário, além de sobrecarregar a saúde pública, também intensifica o trabalho não remunerado das mulheres. Elas assumem, muitas vezes sozinhas, os cuidados com as pessoas adoecidas, pessoas idosas e crianças em suas casas. Enquanto elas cuidam das outras pessoas, ficam imersas em cenários de adoecimentos físicos e mentais, ou tardam os tratamentos necessários.

Diante dessa realidade, as mulheres exigem a aprovação da Política Estadual de Atendimento à Saúde da População Atingida em Minas Gerais. Elas lutam por uma maior atenção à saúde das mulheres nos municípios atingidos, com ênfase, especialmente, no cuidado com a saúde mental, que se torna ainda mais urgente nesse contexto de vulnerabilidade.

É fundamental reafirmar que a participação ativa, nas reivindicações e denúncias para garantir uma reparação integral e justa só serão efetivas se reconhecermos o papel central das mulheres na luta pelos seus direitos.



# QUEM É QUEM NA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM

**PANORAMA.** Confira informações sobre os diferentes atores envolvidos no processo judicial e suas principais atribuições

Júlia Rohden

Mais de seis anos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o processo pela reparação integral segue em disputa na Justiça. São diversos atores envolvidos pela dimensão dos danos que atingiram toda a Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias. Confira abaixo os principais atores, grupos e instituições envolvidos e seu papel dentro da reparação:

## COMISSÕES DE ATINGIDOS E ATINGIDAS DAS REGIÕES 1 E 2

As Comissões de atingidos e atingidas são espaços participativos que foram reconhecidos como instância pelas Instituições de Justiça. Nesses espaços, são discutidas pautas coletivas e decididos diferentes encaminhamentos a partir de cada questão, com o apoio técnico da Aedas.

## PESSOAS ATINGIDAS

Todas as pessoas que sofreram danos e tiveram seus direitos violados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão da Vale. A partir de mobilizações, as pessoas atingidas das 5 Regiões da bacia, em sua diversidade, lutam para alcançar a reparação integral pelas perdas e danos sofridos.

## CAMF

A **Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF)**, atualmente executada pelo Instituto de Desenvolvimento em Gestão, Pesquisa, Aperfeiçoamento Contínuo e Controle, têm a função de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução dos Planos de Trabalho das ATIs, promovendo a coordenação e o alinhamento técnico, metodológico e financeiro entre as entidades.

## ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES (AEDAS, NACAB E GUAICUY)

São entidades escolhidas pelas comunidades atingidas e têm a função de garantir que as pessoas tenham acesso à participação informada no processo de reparação integral, de forma independente da empresa causadora dos danos. Também têm função como assistentes técnicas das Instituições de Justiça, realizando pesquisas e análises para levantamento de danos e reconhecimento das populações atingidas.

## JUÍZO

Capacidade de um juiz ou Tribunal de decidir sobre questões legais. É a instância onde os processos são julgados. Em outras palavras, é onde são realizados todos os atos para as tomadas de decisões. No juízo de primeira instância, o processo é julgado por um único juiz. No juízo de segunda instância, os processos são julgados por um colegiado de juízes, os desembargadores.

## DESEMBARGADORES

Dentro do processo de reparação, tem sido comum que o juiz/a de primeira instância tome uma decisão, a Vale discorde e recorra às instâncias superiores. Nesses casos, os advogados da mineradora recorrem da decisão do juiz/a de primeira instância e a questão passa a ser debatida pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em outras situações, os desembargadores também revisam as próprias decisões, como no caso do julgamento do recurso de embargos de declaração.

## COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DA UFMG (CTC-UFMG)

O Comitê Técnico-Científico do Projeto Brumadinho da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atua como perícia técnica do juízo. Ou seja, é responsável por auxiliar a tomada de decisão do juízo por meio de pesquisas que permitam identificar e avaliar os impactos decorrentes do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão.

## VALE

A Vale é a mineradora considerada responsável pelos danos causados pelo rompimento à população atingida e ao meio ambiente, obrigada judicialmente a repará-los; é a empresa poluidora-pagadora, ré nos processos cíveis e criminais.

## INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público de Federal (MPF) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) são as Instituições de Justiça que representam as pessoas atingidas nos processos judiciais para a reparação integral dos danos decorrentes do rompimento.

## GOVERNO DE MINAS GERAIS

É representado pelo Comitê Gestor Pró-Brumadinho que deve coordenar, sistematizar e supervisionar as medidas estabelecidas pelo acordo. O Comitê é coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e articula diferentes órgãos do Estado que atuam na reparação.

## COMITÊ DE COMPROMITENTES

Formado pelas instituições que participam do processo de reparação como representantes da população atingida, e que assinaram o acordo de reparação com a Vale, em 2021. São eles: Governo de Minas Gerais e as Instituições de Justiça. O colegiado de instituições comprometidas constitui a instância de aprovação, validação e decisão dos assuntos relativos à execução das medidas do Acordo Judicial de Reparação.

## OUTRAS EMPRESAS, CONSULTORIAS E INSTITUIÇÕES:

• **Fundação Getúlio Vargas (FGV):** escolhida pelas Instituições de Justiça para ser a gestora do Programa de Transferência de Renda (PTR). A FGV é responsável pela gestão dos recursos, análise de cadastros e operacionalização do pagamento para as pessoas atingidas. Também foi escolhida para ser auditora externa independente dos projetos voltados à reparação socioeconômica dos Anexos 1.3 e 1.4.

• **Cáritas, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e Instituto E-Dinheiro Brasil:** juntos, formam a Entidade Gestora do Anexo 1.1 (Projetos de demandas das comunidades). Também escolhida pelas Instituições de Justiça, gerencia os recursos desse Anexo.

• **Ernst & Young (E&Y):** faz auditoria financeira e finalística das Assessorias Técnicas Independentes, que regularmente realizam a prestação de contas e apresentação de evidências dos trabalhos.

• **Aecom:** Responsável pela auditoria dos estudos socioambientais na Bacia do Paraopeba. Mensalmente, apresenta para as Instituições de Justiça os resultados das atividades e a atualização quanto ao cumprimento ou não dos cronogramas dos projetos e ações da reparação.

• **Grupo EPA:** O grupo Engenharia de Proteção Ambiental (EPA) atualmente está responsável pelos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE). Os estudos são pagos pela Vale e foram solicitados pelos órgãos públicos de saúde e de meio ambiente de Minas Gerais em parceria com as Instituições de Justiça.



# PESSOAS ATINGIDAS DE TODAS AS REGIÕES DA BACIA DO PARAOPEBA PROTESTAM CONTRA FIM DO PTR E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Continuação do PTR é um dos principais temas durante atos que marcaram o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

**MOBILIZAÇÃO.** Atividades foram organizadas pelo MAB e incluíram Audiência Pública, marcha e reunião com o juiz do caso

Júlia Rohden com colaboração de Felipe Cunha

No Dia Internacional de Luta contra as Barragens, em Defesa dos Rios e da Vida, celebrado em 14 de março, cerca de mil pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão de todas as regiões da Bacia do Paraopeba se mobilizaram por seus direitos. Os atos, organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), aconteceram em Belo Horizonte e tiveram como principais objetivos garantir a continuidade do Programa de Transferência de Renda (PTR), assegurar a atuação das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), cobrar o recebimento das indenizações individuais no processo de liquidação coletiva e a liberação de recursos para que as ATIs possam seguir assessorando as pessoas atingidas pelo Plano de Trabalho do processo.

A jornada de luta incluiu Audiência Pública na Assembleia Legislativa de

Minas Gerais (ALMG) e marcha até o Fórum Cível e Fazendário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde houve uma reunião com o juiz responsável pelo caso.

“

**O PTR veio reduzido e teve gente que não conseguiu colocar comida na mesa este mês**

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE FIM DO PTR E DEFESA DAS ATIS

A Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais discutiu a redução e encerramento dos pagamentos do PTR. Participaram pessoas atingidas, grupos auto-organizados de toda a Bacia, deputados estaduais e federais, integrantes das assessorias técnicas Aedas, Guaicuy e Nacab, além de representantes das Instituições de Justiça, da FGV e do Governo de Minas Gerais.

“O PTR veio reduzido e teve gente que não conseguiu colocar comida na mesa este mês. Não estamos tendo acesso ao mínimo necessário para sobreviver:

à água, ao cultivo, ao básico de dignidade. O mínimo que esperamos é que as Instituições de Justiça cumpram seu dever, porque legislação nós temos”, afirmou Joelisia Feitosa, de Juatuba.

Após as considerações dos integrantes da mesa, houve tempo de fala para os atingidos que participavam da Audiência. Cláudia Saraiva, atingida de Ponte das Almorreimas, em Brumadinho, enfatizou que passa pela revitimização todos os dias. “Justiça para a minha família e para as 272 vítimas! Pais e mães morreram sem ver essa justiça. Estou com uma pasta de receitas médicas minha e do meu irmão que teve que procurar corpos dos amigos dele mortos e hoje está doente. Pergunta se a Vale vai na minha casa olhar

Foto: Luiz Santana/ALMG



Pessoas das cinco regiões da Bacia do Paraopeba participaram da Audiência Pública.





Atingidos marcham da Assembleia Legislativa ao Fórum Cível e Fazendário do Tribunal de Justiça onde acontecia reunião com juiz.

meu irmão. E corta o PTR que é a única renda que as pessoas têm. Não é para comprar roupa, é para comprar remédios. Como faz isso com as pessoas?”, questiona. Ela também criticou o processo de reparação. “A reparação está nos matando em vez de reparar, porque toda reparação é voltada para a Vale”, disse.

O representante dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) da Região 2, Kasuteme Bakise Mona Ixi, da Associação Cultural e Tradicional de Matriz Africana Bakise Mona Ixi, em Mateus Leme, reforçou as reivindicações pelo acesso ao PTR. “O crime cometido pela Vale alterou drasticamente nosso estilo de vida, impactando profundamente as comunidades tradicionais de matriz africana. Além de agredir o sagrado, esse crime

coloca em risco o futuro de nossas tradições. Não entendemos por que ainda não tivemos acesso ao PTR, mesmo havendo previsão legal para isso”, disse.

A falta de inclusão de povos e comunidades tradicionais no Programa foi um dos pontos levantados na fala de Ranúzia Netta, Gerente Geral do Eixo de Reparação da Aedas. “Durante a Audiência Pública, a FGV, trouxe uma resposta que a nota técnica que se refere ao pleito do PCTRAMA foi entregue para as Instituições de Justiça no dia 13 de março. A partir disso, aguardamos as decisões e encaminhamentos das IJs para termos um retorno para os territórios”, conta.

Ranúzia também fez um breve balanço da Audiência e seus principais encaminhamentos. “Houve alguns encaminhamentos, entre eles uma

resposta das Instituições de Justiça no prazo de dez dias úteis sobre os pontos debatidos e uma reunião com as pessoas atingidas, suas ATIs e a Comissão de Direitos Humanos da ALMG”, resume.

### JUIZ FALA DA IMPORTÂNCIA DO PTR

Após a Audiência Pública, as pessoas atingidas marcharam até o Fórum Cível e Fazendário do Tribunal de Justiça de MG, onde acontecia uma reunião com o juiz Murilo Silvio de Abreu, responsável pelos processos de reparação dos danos decorrentes do rompimento.

Joceli Andrioli, da coordenação do MAB, destaca que o movimento entrou com uma Ação Civil Pública que

exige a continuidade do PTR. “Esperamos que seja aceitação [do juiz] e a Vale seja condenada a continuar pagando”, disse. Ele também destacou que o direito às ATIs foi reafirmado na reunião com o juiz, já que está garantido pela lei estadual e federal.

Nina de Castro, gerente geral do eixo de Diretrizes da Reparação na Aedas, também participou da reunião e destaca que o magistrado disse entender a necessidade da continuidade do pagamento do PTR ou de um Auxílio, além de apontar a Matriz de Danos como forma de reparação das pessoas atingidas. “Foi um dia de vitória. É importante saber que o juiz está do lado da justiça e da construção de uma matriz de danos, porque isso é fundamental para a reparação integral”, completou Nina.



● FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

# TEMA: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



**DATA: 15/03/2025**

**LOCAL:** Rua São Jorge, 135,  
Brasiléia, Betim - MG

**REALIZAÇÃO:** EQUIPE DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RIR2

 **Aedas**